

# Conoravírus no Brasil: 39% dos patrões dispensaram diaristas sem pagamento durante pandemia, aponta pesquisa

[\(BBC News, 22/04/2020 - acesse no site de origem\)](#)

Desde o início da pandemia de coronavírus, 39% dos empregadores de domésticas diaristas abriram mão do serviço destas profissionais, sem entretanto manter o pagamento das diárias, indica uma pesquisa que será divulgada nesta semana. Tal percentual é ainda maior entre os entrevistados pertencentes às classes A e B - camadas da sociedade em que a renda por pessoa da família é superior ao teto de R\$ 1.526 mensais que limita a classe C.

Nesse grupo (A e B), o percentual de empregadores que dispensaram as diaristas sem pagamento é de 45%.

A pesquisa indica ainda que 23% dos empregadores e empregadoras de diaristas e 39% dos patrões de mensalistas afirmaram que suas funcionárias continuam trabalhando normalmente, mesmo durante o período de quarentena.

A pesquisa foi realizada pelo Instituto Locomotiva entre os dias 14 e 15 de abril.

Segundo o estudo, 39% dos patrões de diaristas e 48% dos de mensalistas declararam que suas funcionárias estão mais protegidas contra o novo coronavírus: estão em casa, mas recebendo o pagamento normalmente para cumprir o distanciamento social requerido contra a doença.

Os dados mostram um retrato duplamente preocupante, na visão do sócio e presidente do Instituto Locomotiva, Renato Meirelles: indicam que, além das muitas trabalhadoras que estão sem renda e sem condição de atender às

necessidades básicas de suas famílias, há um outro contingente grande de faxineiras que está trabalhando normalmente e se deslocando por grandes distâncias pela cidade e pelos transportes públicos; sem poder atender às recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS) de ficar em casa para reduzir a circulação do vírus.

“Tem muita gente trabalhando, mesmo com todos os riscos. Claro que isso é preocupante, inclusive elas são muitas vezes a ponte da transmissão de vírus para a periferia”, afirma Meirelles, que acrescenta que, do ponto de vista trabalhista, as diaristas são a representação mais fiel da fragilidade do trabalho eventual, sem garantias em períodos de crise.

Entre os entrevistados que afirmam contar com o serviço de uma trabalhadora doméstica, 7% dizem que contratam no regime diarista, em que se paga somente o dia de faxina realizada, sem vínculo empregatício. 3% afirmam ter funcionária mensalista, e 1%, mensalista e diarista.

Para realizar o levantamento, o Instituto entrevistou uma amostra de 1.131 pessoas por telefone, em cidades de todos os Estados da federação. A pesquisa ouviu homens e mulheres com 16 anos ou mais, e tem margem de erro de 2,9 pontos para mais ou para menos.

Desde meados de março, quando as primeiras medidas de suspensão de aulas e serviços públicos começaram a ser adotadas em Estados do Brasil como forma de evitar que o número de casos de covid-19 crescesse além da capacidade dos hospitais de atendê-los, aumentaram os relatos de trabalhadoras domésticas que se viram sem renda de um dia para o outro.

No dia 18 de março, [uma reportagem publicada pela BBC News Brasil](#) mostrava casos de faxineiras que ficaram sem previsão de trabalho até que o medo e os riscos do novo vírus diminuam.

O tema foi alvo de campanhas e debates nas redes sociais, principalmente depois da notícia de que a primeira morte por covid-19 no Estado do Rio de Janeiro foi a de uma empregada doméstica de 63 anos que tinha diabetes e hipertensão. Ela teve contato com a patroa, que esteve na Itália e contraiu o vírus.

## Mais solidariedade da classe C

Para muitos brasileiros, o pagamento da trabalhadora doméstica foi uma das despesas que deixaram de ser feitas durante a crise do coronavírus.

Outra pesquisa realizada pelo instituto Locomotiva no mesmo período aponta que, depois de um mês do isolamento social provocado pela pandemia do novo coronavírus, 58% dos brasileiros deixaram de pagar alguma dívida — o que representa 91.040 milhões de pessoas.

Entre aqueles que têm alguma conta em atraso, a média encontrada foi de quatro contas sem pagar.

Na opinião de Meirelles, chama atenção o fato de que a proporção de patrões que aderiram à dispensa remunerada ser maior entre os patrões da classe C, cuja renda por pessoa da família varia entre R\$ 536 a R\$ 1.526, do que entre os grupos A e B. 40% dos empregadores da classe C dizem praticar a dispensa remunerada; no grupo AB, tal percentual é de 36%.

Os números mostram que, em todos os recortes da pesquisa, as trabalhadoras domésticas mensalistas são as mais protegidas da categoria durante a pandemia. 48% dos patrões dizem que elas estão sem trabalhar, mas sendo pagas no período.

Entre os empregadores das classes A e B, 44% afirmam praticar a dispensa remunerada com a mensalista.

O percentual de trabalhadoras dispensadas sem pagamento também é menor entre as mensalistas: 13% entre os empregadores desta categoria na classe C, e 12% entre os entrevistados do grupo AB.

Em [outra reportagem publicada pela BBC News Brasil](#) no dia 18 de março, o presidente da ONG Instituto Doméstica Legal, Mario Avelino, afirmava que, apesar de os empregadores de diaristas não serem obrigados legalmente a praticar a dispensa remunerada, podem ter “bom senso e o respeito ao ser humano”.

“Tem que pensar que está protegendo a sua funcionária, a família dela, a sua

família e as pessoas do entorno. Qualquer pessoa pode contrair o vírus, e até saber que contraiu, pode estar disseminando”, afirmou. “Se o empregador puder liberar, faça isso. Agora, sem prejudicar a renda daquela trabalhadora.”

À medida que o coronavírus se espalha cada vez mais pelo mundo, autoridades de saúde como a OMS e governos em todo o mundo têm tentado evitar o aumento acelerado do número de casos.

“Achatar a curva”, como se diz, é uma medida crucial para evitar a sobrecarga dos serviços de saúde e limitar o número de mortes. A luta contra um surto de vírus não é apenas de contenção, mas também de retardamento da disseminação, um processo conhecido entre especialistas em saúde como “desacelerar” e “mitigar”.

Um salto do número de casos é um pesadelo para as autoridades: aumenta a sobrecarga sobre os sistemas de saúde a ponto de, em alguns momentos, levar a um colapso na capacidade de atendimento. Um exemplo é o Estado do Amazonas que enfrenta um grande número de casos ameaçando levar ao colapso a capacidade de atendimento dos serviços de saúde pública.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Instituto Locomotiva, 11% das famílias brasileiras contam com o serviço de ao menos uma trabalhadora doméstica; o país tem cerca de 6,5 milhões de trabalhadoras nesta categoria.

Após aprovação no Congresso de um auxílio emergencial, o governo iniciou um pagamento de R\$ 600 por três meses. Tem direito ao benefício quem for maior de 18 anos, não tiver emprego formal ativo e não receber benefício previdenciário; e cuja renda mensal total da família somar três salários mínimos (R\$ 3.135) ou cuja a renda per capita (por membro da família) for de até meio salário mínimo (R\$ 522,50).

Até duas pessoas por família poderão receber o auxílio, mas uma mãe solo que sustenta a casa sozinha poderá acumular dois benefícios individualmente.

Meirelles diz que antes da pesquisa, imaginava que a proporção de

empregadores que praticam a dispensa remunerada e solidária durante a pandemia seria maior, principalmente em função do grande engajamento às campanhas sobre o tema e os debates nas redes sociais. “O engajamento era muito maior do que a gente viu na prática”, diz.

*Por Ligia Guimarães*

---

## **Coronavírus: 92% das mães nas favelas dizem que faltará comida após um mês de isolamento, aponta pesquisa**

*“Muitas pessoas entraram na linha de pobreza da noite para o dia. O casal que trabalhava no shopping na semana retrasada, que recebia por semana, fez a compra da semana passada e nesta semana já não está mais trabalhando. Porque o shopping fechou, o patrão também quebrou. Hoje esse casal está com três filhos em casa, que não estão mais comendo na escola. Você tem o casal em casa, os três filhos e muitas vezes os pais do casal, idosos, que moram com eles.”*

**[\(BBC News Brasil, 02/04/2020 - acesse no site de origem\)](#)**

É a partir da cena descrita acima que o produtor cultural Celso Athayde, fundador e coordenador geral da Central Única das Favelas (CUFA), organização fundada há 20 anos e que reúne 500 comunidades em todo o país, explica a situação de urgência que vivem os 13,5 milhões de brasileiros que moram nas favelas e depararam-se, subitamente, com a chegada do coronavírus ao Brasil.

Na tentativa de levar ajuda a essas comunidades que até agora não foram

contempladas com um plano público nacional específico de combate à covid-19, o desafio, diz Athayde, era definir quais deveriam ser as pessoas a receberem socorro e doações prioritariamente nas iniciativas assistenciais da CUFA.

Pesquisa realizada pelo Data Favela e pelo Instituto Locomotiva aponta que as favelas do Brasil têm 5,2 milhões de mães. Destas, 72% afirmam que a alimentação de sua família ficará prejudicada pela ausência de renda, durante o isolamento social. 73% dizem que não têm nenhuma poupança que permita manter os gastos sem trabalhar por um dia que seja. 92% dizem que terão dificuldade para comprar comida após um mês sem renda. Oito a cada dez dizem que a renda já caiu por causa do coronavírus, e 76% relatam que, com os filhos em casa sem ir para a escola, os gastos em casa já aumentaram.

“Os mais frágeis da sociedade são os moradores de favela. Os mais frágeis entre os favelados são as mulheres. E os mais frágeis entre as mulheres são as mães. Por que? Porque elas cuidam dos filhos, muitas vezes trabalham no emprego informal, costurando, fazendo unha, e ainda cuidam dos velhos. Porque todos os velhos, 90% dos idosos das favelas, são as mulheres que cuidam: sejam noras ou sejam filhas”.

E, diante da pandemia do coronavírus, a sobrecarga das mães da favela é também emocional: como cuidar de tudo isso, subitamente, sem renda. “Ela olha para o idoso, que é o pai ou o idoso, e fala: o que é que eu faço com ele? O que eu faço com as crianças? É desespero”, diz Athayde, a respeito dos dados da pesquisa.

As pesquisas do Data Favela, fundado por Athayde e Renato Meirelles, presidente do Instituto Locomotiva, são realizadas pelos moradores das comunidades, que são treinados e supervisionados pela equipe do instituto de pesquisa. Para este levantamento, realizado entre os dias 26 e 27 de março de 2020, foram entrevistadas 621 mulheres maiores de 16 anos, com filhos, moradoras de 260 favelas em todos os Estados do país. A margem de erro da pesquisa é de 2,9 pontos percentuais para mais ou para menos.

A divulgação da pesquisa faz parte das ações de lançamento, nesta quinta-feira (2), da campanha “Mãe de Favela”, criada para arrecadar recursos a

serem distribuídos para mães das favelas em todo o país. A opção, explica o produtor cultural, é baseada em evidências e estudos, inclusive sobre o programa Bolsa Família, de que o dinheiro da assistência dado à mulher gera muito mais impacto social que o dado ao homem da família.

“A mulher controla melhor o orçamento doméstico, faz melhor uso do dinheiro e é a pessoa que cuida tanto das crianças quanto dos idosos, que são o grupo de risco para o coronavírus”, diz Renato Meirelles, do Instituto Locomotiva. “A certeza do bom uso do dinheiro tem a ver com essa escolha pela mãe de família”.

As beneficiadas receberão, por dois meses, um auxílio de R\$ 120 reais e batizado de “vale-mãe”. “Ela recebe os R\$ 120 no próximo dia 15. Cada favela está indo em busca desse perfil de mãe, definido a partir da pesquisa, para serem as primeiras beneficiadas”, diz.

O dinheiro será recebido pelo celular, a partir de uma parceria com a empresa de pagamentos e transferências PicPay, mediante cadastramento do CPF pelo telefone. O dinheiro do benefício será arrecadado pela CUFA por meio da campanha lançada na terça. A fase piloto começou com 5 mil mães, mas já têm 30 mil mulheres cadastradas. A intenção é, de acordo com a arrecadação, ampliar o valor e estender o período de concessão das bolsas.

A campanha, explica o produtor, já ganhou o apoio de empresas e artistas, como a cantora Iza, Lulu Santos, Zeca Pagodinho, Taís Araújo e Lázaro Ramos, Bruno Gagliasso e Giovanna Ewbank. A partir de amanhã, a ideia é que qualquer um possa ajudar com doações. “Lançamos o site para receber doações pelo PicPay e vamos criar uma vaquinha pelo site. Teremos auditoria da Pro Audit, uma auditoria respeitada, que vai auditar a contagem do site. Além disso, as empresas doadoras também designarão auditores próprios”. “Para que todos tenham a confiança de que o dinheiro tem objetivo claro”.

## **E o poder público?**

Embora as favelas sejam apontadas como as regiões mais vulneráveis ao coronavírus, pela combinação da falta de espaço, escassez de recursos, poupança, estoque de comida e saneamento básico para manter as condições

de higiene necessárias para evitar a propagação da doença, elas não foram contempladas em nenhum plano nacional específico de prevenção e combate à covid-19.

Meirelles, do Locomotiva, diz que, embora o início da pandemia tenha se dado na parcela mais rica da sociedade, a concentração demográfica e as limitações sociais das favelas representam, do ponto de vista da saúde pública, um risco também para quem mora no “asfalto”.

“Não é apenas um risco para as favelas, mas também para os moradores de outras regiões da cidade. Tem se feito essa discussão sobre saúde ou economia, mas você não retoma a economia com uma pilha de corpos”, diz, em referência a falas como as do presidente Jair Bolsonaro, que defendeu a prática do “isolamento vertical”, que abrangeria apenas as pessoas que se encontram no grupo de risco — como idosos e portadores de doenças crônicas —, para que as demais pudessem voltar à normalidade e trabalhar.

“Na prática”, diz Meirelles, “quando se fala dos moradores de favela, estão usando o retrato da desigualdade para dizer que eles têm que voltar a trabalhar. Só que isso não existe. Não me parece digno que a sociedade obrigue que essas pessoas escolham de quem vão abrir mão da sua família para garantir a retomada da economia.”

*Por Ligia Guimarães*

---

**97% das mulheres dizem já ter sido vítima de assédio no transporte público e privado no**



# Brasil, diz pesquisa

*Quase todas as mulheres já passaram por cantadas indesejadas, receberam comentários de cunho sexual, entre outros, no transporte público, por aplicativo ou em táxis, segundo levantamento do Instituto Locomotiva e Instituto Patrícia Galvão.*

**[\(G1, 18/06/2019 - acesse no site de origem\)](#)**

Quase todas as brasileiras com mais de 18 anos (97%) afirmaram que já passaram por situações de assédio sexual no transporte público, por aplicativo ou em táxis, segundo pesquisa inédita obtida pelo G1 dos institutos Patrícia Galvão e Locomotiva, com apoio da Uber.

“É um número muito forte. Esse é o cotidiano da vida das mulheres, a pura expressão do que acontece”, disse Jacira Melo, diretora-executiva do Instituto Patrícia Galvão.

Os institutos entrevistaram 1.081 mulheres em fevereiro deste ano que utilizaram transporte público ou privado nos 3 meses anteriores à data do início do estudo.

O alto índice percentual vem à tona quando os entrevistadores questionaram se as mulheres já passaram por casos de assédios classificados pelas principais queixas das mulheres. Quando as dinâmicas são expostas, quase todas as mulheres responderam que já passaram por ao menos uma dessas situações, como olhares insistentes (41%) no transporte coletivo, (10%) no transporte por aplicativo e (11%) no táxi, cantadas indesejadas (33%) no coletivo e 9% nos aplicativos e táxis (veja tabela abaixo).

## Situações de assédio nos meios de transporte

Para 72% das mulheres, o tempo para chegar ao trabalho influencia na decisão de aceitar ou ficar em emprego

### Meios de transporte:



Transporte coletivo



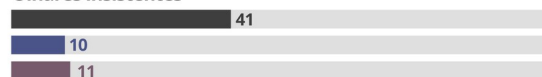
Aplicativo



Táxi

Em %

#### Olhares insistentes



#### Cantadas indesejadas



#### Comentários de cunho sexual



#### Ser encoxada



#### Passarem mão no corpo



#### Gestos obscenos



#### Ser seguida



#### Mensagens inoportunas por aplicativo



#### Se masturbarem



#### Exibir partes íntimas



#### Estupro



#### Ser fotografada



#### Beijada à força



Situações de assédio no transporte público e privado (Foto: Guilherme Gomes/Arte G1)

“O homem fica olhando para ela, que fica com medo e troca de lugar, mas não percebe que foi vítima de assédio. Explicitamos algumas situações para conseguir ver como as mulheres são assediadas no meio de transporte”, disse Maíra Saruê, diretora de pesquisa do Instituto Locomotiva.

A maioria das mulheres (71%) também afirmou conhecer alguma mulher que já sofreu assédio em espaço público, segundo o levantamento.

De acordo com a pesquisa, para 72% das mulheres, o tempo para chegar ao trabalho influencia na decisão de aceitar ou ficar em um emprego. Segundo dados da PNAD contínua, do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), das 92 milhões de brasileiras adultas, 40 milhões trabalham, 8 milhões estudam, 33 milhões foram a bares no último mês e 82 milhões fizeram compras em supermercados.

Apesar de tantos deslocamentos, 46% das mulheres não se sentem confiantes para usar meios de transporte sem sofrer assédio.

“O assédio sexual nos meios de transporte é sabido e conhecido por todos, mas ainda pouco abordado, como se fosse algo de menor importância. As mulheres enfrentam encoxadas, ejaculação na roupa e nas pernas, são expostas a violência pesada, que fere o direito de ir e vir”, afirma Jacira.



Jovem relata importunação sexual em trem da CPTM (Foto: Reprodução/Redes Sociais)

As mulheres entrevistadas disseram que o transporte por aplicativo é o meio de transporte mais associado à facilidade de denúncia por assédio: 55%, contra 21% no transporte coletivo e 6% no táxi. Para 18% das mulheres nenhum dos meios de transporte facilita uma denúncia.

“Pelo aplicativo, há uma empresa por trás, que tem o registro daquela pessoa, que consegue ser localizada. Mais fácil denunciar e ter algum tipo de punição para o agressor. No transporte público, a pessoa vai embora e some pela cidade”, diz Maíra.

Em um dos poucos casos de punição, [um vídeo, gravado por uma passageira da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos \(CPTM\) de São Paulo, em fevereiro deste ano](#), mostrou o momento em que um homem é detido por ejacular em uma jovem, de 22 anos. As imagens, que foram distorcidas para a preservação da vítima, foram gravadas no dia 6 de fevereiro, na estação Hebraica-Rebouças, da Linha 9-Esmeralda, em São Paulo.

A jovem, que não quer se identificar, conta que estava a caminho do trabalho, na Vila Olímpia, Zona Sul da cidade de São Paulo, quando percebeu que um

homem fazia movimentos estranhos atrás dela. “Eu percebi que tinha alguém atrás de mim, mas não tinha o que fazer, porque o trem estava muito lotado. Eu fiquei incomodada com a movimentação, mas eu não entendi o que estava acontecendo.”

Segundo a estagiária de direito, ele segurava duas sacolas e tampava parte do seu corpo. “De repente, eu senti um líquido quente invadindo a minha calça e quando eu senti, eu entendi o que estava acontecendo. Virei, empurrei ele e ele estava com o membro para fora da calça. Estava todo sujo e tentou cobrir com a camiseta.”

As mulheres disseram que no transporte por aplicativo, há mais chances de os homens serem punidos (45%), 27% no transporte público coletivo, 22% em nenhum dos meios de transporte e 6% nos táxis.

Apesar disso, Jacira diz que o risco da mulher em um carro sozinha com um homem é grande.

“Você tem a placa do carro, em muitos casos, o nome do motorista. Mas convenhamos. O risco que a mulher corre dentro do carro onde o motorista tem todo o controle e ir para um caminho que ela não conhece, a coloca em um risco bastante elevado. Parto da máxima que não é aceitável nenhum tipo de violência em um transporte por aplicativo”, diz.

“As empresas precisam ter rigor na seleção dos motorista, dar cursos, etc. Criar mecanismo para as mulheres ficarem mais seguras e a fazerem denúncias. Elas têm condições de evitar o assédio e o estupro de forma muito mais eficaz do que no transporte público”, completa.

Apesar de ocorrer bem menos situações de assédio nos transportes por aplicativo, apenas nesse meio de transporte, mulheres disseram que foram estupradas (1%).

No entanto, 3 em cada 4 usuárias disseram que se sentem seguras usando transporte por aplicativo (75%), contra 67% nos táxis e 26% no transporte público.

## **Importunação sexual**

Pela lei sancionada em setembro de 2018, fica caracterizado como importunação sexual o ato libidinoso praticado contra alguém, sem autorização, a fim de satisfazer desejo próprio ou de terceiro. A pena prevista é de um a cinco anos de cadeia.

A proposta ganhou força quando foram registrados casos de homens que se masturbaram e ejacularam em mulheres em ônibus.

O texto sancionado também torna crime a divulgação, por qualquer meio, vídeo e foto de cena de sexo ou nudez ou pornografia sem o consentimento da vítima, além da divulgação de cenas de estupro.

A lei aumenta a pena em até dois terços se o crime for praticado por pessoa que mantém ou tenha mantido relação íntima afetiva com a vítima, como namorado, namorada, marido ou esposa. A intenção é evitar casos conhecidos como pornografia de vingança.

*Cíntia Acayaba e Léo Arcoverde*

---

## **Candidatas à vice-presidência discutem papel das mulheres na política**

*Evento promovido pelo EL PAÍS e pelo Instituto Locomotiva reuniu Ana Amélia, Kátia Abreu, Manuela D'Ávila e Sônia Guajajara nesta sexta-feira*

**[\(El País, 28/09/2018 - acesse no site de origem\)](#)**

As candidatas à vice-presidência nas [eleições deste ano](#) Ana Amélia (PP), Kátia Abreu (PDT), Manuela D'Ávila (PCdoB) e Sônia Guajajara (PSOL)

participaram, nesta sexta-feira, 28, do evento Mulheres na Política, promovido pelo EL PAÍS e pelo Instituto Locomotiva, com apoio da [ONU Mulheres](#). Durante mais de duas horas, elas debateram políticas públicas voltadas para mulheres e apresentaram suas propostas de Governo relacionadas ao tema. Assuntos como aborto, creches, equiparação salarial e representatividade no Congresso foram abordados pelas candidatas, questionadas por jornalistas de diferentes veículos.

***Leia mais:*** [Ataques a Bolsonaro marcam debate entre candidatas a vice em véspera de protestos \(O Estado de S. Paulo, 28/09/2018\)](#)

O debate, que aconteceu em São Paulo e foi transmitido pela internet, entrou para os assuntos mais comentados no Twitter, com a hashtag [#mulheresnapolítica](#). O critério para escolha dos nomes que compuseram a mesa de discussão foi o de partidos com representação no [Congresso](#).

Este foi o segundo encontro da série Seminário Brasileiras. [O primeiro aconteceu em 2016](#), quando a Locomotiva e o EL PAÍS reuniram especialistas em diversas áreas e lideranças de organizações e empresas para falar dos avanços e retrocessos da pauta feminina até aquele ano.

**Confira abaixo o posicionamento das candidatas registrado na cobertura em tempo real.**

---

**Lésbicas, Gays, Bissexuais,  
Travestis e Transexuais em  
números do Instituto**

# Locomotiva

O próximo dia 3 de junho será marcado pela 22ª Parada Gay em São Paulo, a maior do mundo, segundo a Associação da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo. A data é uma oportunidade para refletirmos sobre dados do [Instituto Locomotiva](#) que mostram como os direitos desse grupo são compreendidos (ou não) pela sociedade brasileira.

Em um país que matou 445 lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em 2017, [segundo o Grupo Gay da Bahia](#) (GGB), como as pessoas lidam com temas como direitos LGBT, adoção por casais do mesmo sexo, transgeneridade e preconceito?

Nossos estudos, realizados em todo o país, mostram que 21% dos brasileiros se declaram contra os direitos LGBT. Quase metade das pessoas (49%) diz não saber o significado do termo “[transgênero](#)”. Além disso, 31% da população já presenciou algum amigo ou parente sofrer preconceito por causa da orientação sexual.

Apesar dos números negativos, é possível ver luz no fim do túnel: 4 em cada 10 brasileiros se dizem a favor dos direitos LGBT, sendo que 44% já se manifestaram sobre o tema.

46% das pessoas é a favor da adoção de crianças por casais homossexuais e 41% dizem que não haveria problema se tivessem um filho ou filha que fosse homossexual (entre as mães, o número é de 55%, contra 44% dos pais). E quando explicamos aos nossos entrevistados o que é uma pessoa transgênero, 46% dos homens e 52% das mulheres afirmam ser a favor de que essa parcela da população possa mudar o nome de seus documentos para um que esteja de acordo com o gênero com o qual se identificam.

Mas o que a população LGBT tem a dizer? Dados do Instituto Locomotiva mostram que 40% dos brasileiros LGBT já sofreram preconceito. Apesar disso, 86% dizem ter orgulho de quem são.

Você pode ou não estar no grupo de 71% dos brasileiros que dizem ter um parente ou amigo homossexual. Independentemente disso, é fundamental



observar que essa população ainda sofre com barreiras como o preconceito, a violência e a falta de informação. Para lidar com essa questão, o Instituto Locomotiva conta com estudos completos que ajudam a compreender o grupo LGBT.

---

## **Aborto: é preciso discutir esse tema no Brasil**

Que o aborto é ilegal\* no país todo mundo sabe, mas a proibição, estabelecida na legislação brasileira, não impede que mulheres de todas as regiões e classes sociais interrompam uma gravidez indesejada. Segundo a Pesquisa Nacional de Aborto (PNA) 2016, produzida pela Universidade de Brasília (UnB), aproximadamente uma em cada cinco mulheres de 40 anos fez ao menos um aborto na vida. Só em 2015, estima-se que tenham sido realizados cerca de meio milhão de abortos em todo o Brasil.

**[\(Agência do Rádio Mais, 17/12/2017 - acesse no site de origem\)](#)**

Se os números assustam, eles também apontam um caminho: é preciso discutir e qualificar o debate sobre essa questão em todas as esferas da sociedade. “Os índices de abortos clandestinos, o número de infecções que ocorrem, os casos de infertilidade e doenças crônicas, colocam a questão do aborto como um problema de saúde pública e não político”, pondera o ginecologista e professor da UnB, Antônio Carlos Almeida da Cunha.

Como a prática é proibida, as mulheres têm encontrado na internet toda a informação necessária para praticar um aborto: do medicamento à prescrição dos procedimentos para fazê-lo em casa. Há, inclusive, grupos fechados, nas redes sociais, que facilitam o acesso ao remédio e às clínicas clandestinas em todas as regiões brasileiras.

Segundo a antropóloga e pesquisadora Debora Diniz, as complicações de um

aborto inseguro são mais dispendiosas ao sistema de saúde do que a realização do aborto seguro. “As consequências para a saúde física podem ser hemorragias, perfurações, infecções, intoxicações, sem falar nos danos importantes à saúde mental. O aborto inseguro pode matar, enquanto o aborto seguro, que siga protocolos da Organização Mundial da Saúde, apresenta risco de morte insignificante”, pontua.

Debora foi um dos responsáveis pela PNA 2010 e 2016. Para ela, o enfrentamento dessa questão deveria levar em consideração alguns pontos: “o reconhecimento básico, porém fundamental, de que as mulheres não podem ser submetidas à tortura da ameaça da prisão ou graves riscos à saúde e à vida por precisarem interromper uma gestação. Nessas situações, como para qualquer outra necessidade reprodutiva, as mulheres devem ser acolhidas pelos sistemas de saúde”, afirma.

De acordo com o estudo, quase a metade das mulheres que fez um aborto em 2015 precisou ficar internada para concluir o abortamento. “Quando o procedimento ocorre clandestinamente, o índice de mortalidade materna se eleva bastante”, ressalta o ginecologista. No entanto, não são todas. Mesmo sendo difícil o levantamento de dados, uma vez que o aborto é considerado um crime no Brasil, a pesquisa traça um perfil. A maior frequência de abortos ocorre entre mulheres de menor escolaridade, pretas, pardas e indígenas, que vivem nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

“Embora seja difícil produzir dados que mostram que a criminalização do aborto prejudica, especialmente, as mulheres com baixa escolaridade e renda, sabemos que o padrão de acesso a serviços de saúde segue a desigualdade da sociedade brasileira, especialmente em se tratando de um procedimento clandestino. Para quem pode pagar, existem clínicas luxuosas que realizam o procedimento com segurança e descrição”, ressalta Debora.

De acordo com o Ministério da Saúde, o abortamento é quando a mulher se encontra em iminência de perda fetal, espontânea ou induzida, com sinais típicos, como cólicas e sangramentos. “O aborto induzido, além das situações previstas em lei, acontece geralmente em condições inseguras, podendo resultar em mortalidade materna. Nesses casos, o procedimento não é computado como aborto, cabendo ao profissional de saúde prestar

assistência a fim de preservar a saúde da mulher.”, destacou a pasta em nota.



## **Crime contra a vida**

A Constituição Federal de 1988 garante a inviolabilidade do direito à vida. O Código Civil, por sua vez, exprime os direitos do nascituro - ser humano já concebido e que ainda está por nascer. Assim, quem provoca um aborto em si, pratica um crime contra a vida, podendo pegar uma pena de um até três anos de prisão.

No Brasil, o aborto é legal em apenas três circunstâncias: quando há gravidez em decorrência de estupro, quando é diagnosticado anencefalia no feto e quando não há outro meio de salvar a vida da mulher. Nesses casos, segundo o Ministério da Saúde, a gestante pode ser atendida em qualquer um dos estabelecimentos públicos de saúde que possuem serviços de obstetrícia, seguindo as normas técnicas de atenção humanizada ao abortamento, estabelecidas pela pasta e pela legislação vigente.

Em 2015, foram registrados no Sistema Único de Saúde (SUS) 1.667 casos de abortos legais. Em 2016 esse número foi um pouco maior, chegando a 1.680. Em relação às mortes de mulheres, dados do Sistema de Mortalidade (SIM) apontam que 132 morreram nesses dois anos em decorrência de abortos.

## **A percepção brasileira**

Segundo pesquisa inédita dos institutos Patrícia Galvão e Locomotiva, divulgada no início do mês, 45% dos brasileiros conhecem alguém que interrompeu pelo menos uma gravidez indesejada. “Isso quer dizer, em números absolutos que, no Brasil, 72 milhões de homens e mulheres conhecem ao menos uma mulher que realizou um aborto. Estamos falando de um tema que é pouco falado, pouco discutido e que se conversa somente na clandestinidade, ao pé do ouvido, mas que atinge um número muito grande de mulheres como um todo”, ressalta a diretora do Instituto Patrícia Galvão, Jacira Melo.

O estudo foi feito em domicílio, com uma amostragem de 1,6 mil homens e mulheres de 16 anos ou mais, em 12 regiões metropolitanas do Brasil. Outro

dado que chama a atenção na análise é sobre opinião das pessoas em relação ao direito das mulheres em decidir por interromper ou não uma gravidez.

“Sessenta e dois por cento responderam ser contrários; 26% disseram ser favoráveis que a mulher possa, sim, decidir interromper uma gravidez; e 10% ficaram nem contra nem a favor. Isso significa também dizer, apesar dessa polarização de opinião, que 42 milhões de brasileiros declaram ser favoráveis que a mulher possa decidir”, explica a diretora.

Ao serem questionados sobre o que fariam se uma amiga fizesse um aborto intencional, 47% dos entrevistados responderam que não agiriam. Jacira Melo explica que o objetivo da questão era humanizar o assunto. “Quando a gente coloca na pergunta ‘uma amiga’ nós estamos tentando humanizar essa questão. Diante de todas as outras respostas, a gente vê que quando aproximamos o tema do entrevistado, temos outra visão da população sobre o tema”, relata.



## **O debate no Congresso**

Vai ficar para 2018 a votação da PEC 181, de 2015, que pretende inserir na Constituição Federal a proibição do aborto em todos os casos, inclusive os já previstos hoje pela legislação.

A princípio, a proposta tinha o objetivo de ampliar a licença-maternidade para mães de bebês prematuros, de 120 para até 240 dias. O texto, no entanto, foi modificado pelo relator, o deputado federal Jorge Tadeu Mudalen (DEM/SP), que defende que o conceito de proteção à vida começa a partir da concepção.

Confira os argumentos favoráveis e contrários à PEC 181/2015 aqui:

<https://www.agenciadoradio.com.br/noticiaView.zhtml?codigoNoticia=MRAN170049>

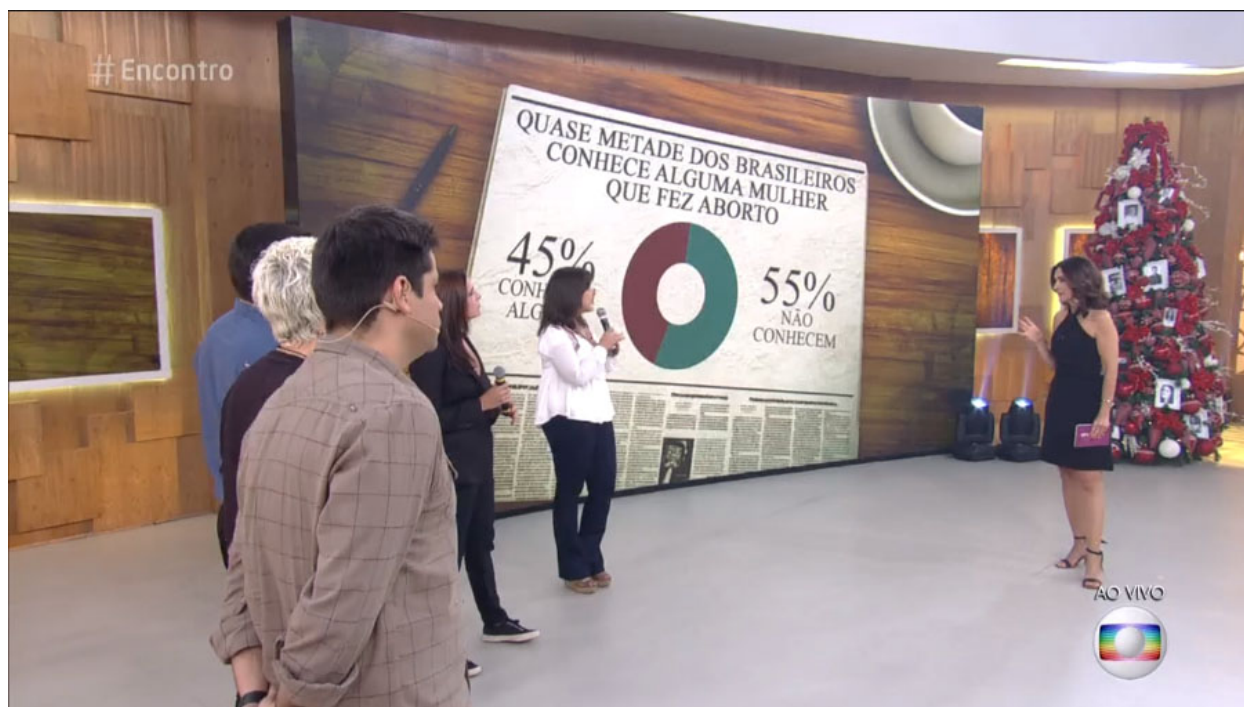
*Gabriella Bontempo*

# Especialista comenta pesquisa de opinião sobre aborto no programa Encontro com Fátima Bernardes

Pesquisa mostra que 45% das pessoas conhecem alguém que abortou. O tema foi debatido no programa Encontro com Fátima Bernardes nessa quarta-feira.

[\(Encontro com Fátima Bernardes, 06/12/2017 - acesse no site de origem\)](#)

Veja abaixo o vídeo do programa:



---

# Instituto Patrícia Galvão lança pesquisa em parceria com Instituto Locomotiva sobre percepções da sociedade sobre aborto

O Instituto Patrícia Galvão em parceria com o Instituto Locomotiva, lançou essa semana a pesquisa [Percepções sobre o aborto no Brasil](#). A pesquisa foi realizada com o objetivo de captar a percepção da população frente aos permissivos legais para a interrupção da gravidez e o direito da mulher de decidir pela interrupção de uma gravidez em diversas situações.

Confira abaixo a repercussão na imprensa sobre o assunto:

[A contradição do aborto, editorial do jornal Diario de Pernambuco \(Diario de Pernambuco, 06/12/2017\)](#)

[Metade dos brasileiros pensa que mulheres que abortam devem ser presas \(Delas, 06/12/2017\)](#)

[Cerca de 60% dos brasileiros são favoráveis a aborto em caso de estupro \(MS Notícias, 05/12/2017\)](#)

[Metade da população diz que mulher que aborta deve ser presa \(O Tempo, 05/12/2017\)](#)

[Pesquisa Percepções do Aborto no Brasil é divulgada em SP \(Repórter Nacional, 04/12/2017\)](#)

[Quase metade dos brasileiros conhece uma mulher que fez aborto, diz pesquisa \(G1, 04/12/2017\)](#)

[Pesquisa revela que brasileiros consideram aborto questão de saúde pública \(Correio Braziliense, 04/12/2017\)](#)

[Quase 60% dos brasileiros são favoráveis ao aborto em caso de estupro](#)

[\(Agência Brasil, 04/12/2017\)](#)

[50% dos brasileiros defendem criminalização do aborto, diz pesquisa \(TVT, 04/12/2017\)](#)

[Metade dos brasileiros concorda: uma mulher que aborta deve ir para cadeia \(UOL, 04/12/2017\)](#)

[Só 1 em cada 4 defende direito a aborto no País, diz pesquisa \(O Estado de S. Paulo, 04/12/2017\)](#)

[Para 50% dos brasileiros, mulher que aborta deve ser presa, diz pesquisa \(O Globo, 04/12/2017\)](#)

[81% dos brasileiros são favoráveis ao aborto em casos específicos, diz pesquisa \(HuffPost Brasil, 04/12/2017\)](#)

[50% dos brasileiros defendem que mulher que aborta deveria ir para a cadeia, diz pesquisa \(Revista Donna, 04/12/2017\)](#)

[Um em cada quatro brasileiros é favorável ao direito de aborto \(Globo News, 04/12/2017\)](#)

[Metade dos brasileiros conhece uma mulher que abortou, diz estudo \(Catraca Livre, 04/12/2017\)](#)

[Mulher que faz aborto deveria ir para a cadeia, concordam 50% dos brasileiros \(Delas/IG, 04/12/2017\)](#)

[Quase metade dos brasileiros conhece uma mulher que já fez aborto \(Repórter Nacional, 04/12/2017\)](#)

[70% dos brasileiros querem manter aborto legal para estupro, risco para a mãe e anencefalia \(R7, 04/12/2017\)](#)

---

**Pesquisa Locomotiva e Apeoesp  
revela que mais da metade dos  
professores das escolas**

# **estaduais de SP já sofreu violência - SP, 27/09/2017**

*Estudo inédito sobre o atual cenário da violência escolar será apresentado na próxima quarta-feira (27), em São Paulo, durante coletiva à imprensa*

Agressão verbal ou física, furto, discriminação e bullying são tipos de violência que, infelizmente, estão presentes no dia a dia da maioria das escolas estaduais de São Paulo. Uma pesquisa realizada pelo Instituto Locomotiva, a pedido da Apeoesp - Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo, aponta que 85% dos professores souberam de casos de violência nas escolas estaduais onde trabalham e 51% afirmaram que já foram vítimas de violência no ambiente escolar. O estudo inédito será apresentado na próxima quarta-feira (27), em São Paulo, durante coletiva à imprensa.

Entre as situações de violência que mais da metade dos professores afirma já ter sofrido, 44% falaram em agressão verbal, 9% em discriminação, 8% em bullying e 5% em agressão física. O problema não é de hoje e tem aumentado no decorrer dos últimos anos, atingindo índices alarmantes. O percentual de professores que declara ter sofrido algum tipo de violência na escola em que trabalha passou de 44%, na pesquisa de 2013/2014, para os atuais 51%. Já o número de alunos vítimas de violência saltou de 28% para 39%.

Além de professores e estudantes da rede estadual de ensino de São Paulo, a pesquisa ouviu também pais de estudantes e a população do Estado de São Paulo, que demonstram grande preocupação em relação ao aumento da violência nas escolas públicas estaduais. Para 87% da população, 79% dos pais, 73% dos estudantes e 84% dos professores, a violência nas escolas estaduais aumentou nos últimos anos. A sensação de insegurança nas escolas estaduais também é alta, sendo que 45% dos pais, 48% dos estudantes e 37% dos professores não se sentem seguros dentro da própria escola.

“O quadro é gravíssimo. Se é verdade que se trata também de um reflexo da violência que existe na sociedade, não basta constatar esta realidade. É



preciso saber como as autoridades educacionais e a comunidade vão lidar com uma situação que ocorre dentro das próprias unidades escolares”, destaca a professora Maria Izabel Azevedo Noronha, presidenta da Apeoesp.

Outro dado que chama a atenção é que aumentou a percepção de estudantes e professores que classificam suas escolas como violentas. Em 2013/14, 70% dos estudantes e 57% dos professores disseram que suas escolas eram violentas. Em 2017, o índice subiu para 72% e 61%, respectivamente.

“A pesquisa deixa claro que infelizmente, a escola, que deveria ser um espaço seguro e acolhedor, é hoje um ambiente tão ou mais violento que as ruas do nosso estado. A violência é hoje uma epidemia na rede pública de ensino. Se não for tratada, poderá comprometer o futuro educacional e profissional de toda uma geração”, explica Renato Meirelles, presidente do Instituto Locomotiva e autor da pesquisa.

## **Causas da violência**

Para a população, pais e estudantes, drogas e álcool, o conflito entre estudantes e a falta de policiamento são as principais causas que contribuem para a violência nas escolas estaduais de São Paulo. Já os professores acreditam que a educação em casa é fator preponderante para as situações de conflitos.

## **Soluções**

O Instituto Locomotiva também ouviu a opinião dos entrevistados em relação às medidas que poderiam ser tomadas para ajudar na redução dos casos violências nas escolas estaduais de São Paulo. Todos os públicos apontam que é preciso investir em cultura e lazer e aumentar o policiamento ao redor da escola.

## **Metodologia**

A pesquisa *Violência nas escolas estaduais de São Paulo* ouviu 2.553 pessoas, sendo 649 entrevistas com a população maior de 18 anos, 600 pais e mães de estudantes, 602 estudantes e 702 professores da rede estadual de ensino de São Paulo. As entrevistas foram realizadas entre os dias 1º e 11 de setembro

de 2017, em todas as regiões do Estado de São Paulo.

### **Serviço**

Coletiva à imprensa - apresentação da pesquisa Violência nas escolas estaduais de São Paulo

Data: 27 de setembro (quarta-feira)

Horário: 14h

Local: Casa do Professor (rua Bento Freitas, 71 - Arouche - São Paulo)

### **Informações para a imprensa:**

Encaso Comunicação Corporativa

Tel.: +55 11 2950-2849

### **Jornalistas Responsáveis:**

Ana Paula Soares - [ana@encasocomunicacao.com.br](mailto:ana@encasocomunicacao.com.br)

Luciana Silva - [luciana@encasocomunicacao.com.br](mailto:luciana@encasocomunicacao.com.br)

---

# **Pesquisa estima que 30 milhões de brasileiras já foram vítimas de algum tipo de violência sexual**

A secretária especial de Políticas para Mulheres do Ministério da Justiça e Cidadania (SPM/MJC), Fátima Pelaes, esteve reunida, nessa quarta-feira (14), com Jacira Vieira Melo, diretora executiva do Instituto Patrícia Galvão, na sede da SPM, que apresentou o resultado da pesquisa “Violência Sexual - Percepções e comportamentos sobre violência sexual no Brasil”, realizada pelo Instituto Patrícia Galvão.

**[\(SPM, 16/12/2016 - acesse no site de origem\)](#)**

Segundo a pesquisa, 73% da população concorda que a violência sexual é praticada por algum conhecido próximo da vítima, além de contrastar a opinião feminina e masculina sobre sexo consentido - os números são alarmantes: 39% das mulheres entrevistadas afirmaram que já foram pessoalmente submetidas a algum tipo de violência sexual. Fazendo uma projeção é possível estimar que 30 milhões de brasileiras já foram vítimas de violência sexual.

O estudo informa, também, que para 74% a mídia reforça os comportamentos desrespeitosos com mulheres, e que 96% apoia a frase “é preciso ensinar os homens a respeitar, e não as mulheres a temer” - como se não fosse o bastante 69% das participações femininas atribuírem a violência sexual ao machismo; contra 42% dos homens acreditarem que a violência sexual acontecer “porque a mulher provoca”.

A maioria da população reconhece como violência sexual os seguintes atos: ter fotos ou vídeos íntimos divulgados sem a sua autorização (92%), ser seguida na rua ou em outros locais por um homem que demonstrou ter interesse sexual (91%), ser procurada insistentemente por telefone/rede social por um homem que demonstrou ter interesse sexual (87%) e ouvir comentários ou cantadas que a deixem com medo (84%).

A instituição ouviu 1.000 pessoas de ambos os sexos, maiores de idade, em 70 municípios de cinco regiões, no período de 6 a 19 de julho deste ano.

*Comunicação Social*